

De Dicto, de Re et de Proprietatibus Rerum

Guido Imaguire
UFRJ/CNPq

Os desenvolvimentos da lógica modal quantificada e da semântica dos nomes próprios nas últimas décadas ressuscitaram o essencialismo de tipo aristotélico na metafísica contemporânea. Segundo esse essencialismo, um objeto instancia não apenas propriedades acidentais, mas também propriedades essenciais não triviais. A concepção que se tornou a nova ortodoxia essencialista contrapõe-se tanto ao essencialismo mínimo, quanto ao essencialismo máximo. Segundo o primeiro, apenas propriedades triviais como auto-identidade ou a propriedade ser-*F*-ou-não-ser *F* são essenciais a um objeto. Segundo o segundo, também chamado “super-essencialismo”, absolutamente todas as propriedades são essenciais. O essencialismo ortodoxo, por sua vez, afirma que (pelo menos alguns) objetos têm tanto propriedades acidentais como propriedades essenciais não triviais.

Uma propriedade essencial é, dito intuitivamente, uma propriedade que um objeto não poderia não ter sob pena de deixar de ser o que é. Isso pode ser formulado em termos de existência ou em termos de identidade. Com existência: Se *F* é uma propriedade essencial do objeto *a*, então se *a* não fosse *F*, *a* nem poderia existir. Com identidade: Se *F* é uma propriedade essencial do objeto *a*, então se *a* deixasse de ser *F*, deixaria de ser o que é (deixaria de ser idêntico a si mesmo).

O anti-essencialismo (ou “essencialismo mínimo”) de estilo Quineano, supostamente superado, rejeitava o essencialismo ortodoxo ao afirmar que as atribuições de propriedades apenas aparentam ser objetivamente necessárias. Na verdade, a necessidade da atribuição de

propriedades não-triviais não era fundada na realidade ou na natureza dos objetos, mas no modo como concebemos a realidade e seus objetos. Se Fermata é classificado como um matemático, então ele é essencialmente racional, mas se ele é classificado como ciclista, então ele não é essencialmente racional. O estudo sobre o comportamento semântico de nomes próprios de Plantinga (1969) e Kripke (1970) foi uma grande aliada para superar esse anti-essencialismo e restaurar a nova ortodoxia essencialista. Em particular, esses estudos sobre o diferente comportamento semântico de nomes próprios e descrições definidas nos forneceram bons critérios para distinguir predicacões necessárias *de dicto* e *de re*.

Dizemos que F é uma propriedade essencial de a se e somente se a sentença “ a é F ” expressa uma verdade necessária *de re*, i.e ela é necessariamente verdadeira não em virtude do modo como nos referimos a a , mas em virtude da própria natureza de a . Uma sentença expressa uma verdade necessária meramente *de dicto*, por sua vez, se sua necessidade é derivada do modo como ela se refere ao sujeito. Assim, p.ex. “a esposa de João é casada” expressa uma verdade necessária, mas apenas *de dicto*. Sua necessidade advém do fato de que nos referimos a alguém por meio da descrição definida “a esposa de João”, de onde, necessariamente, se segue que essa pessoa é casada (o que não significa que ela é necessariamente casada). Já a sentença “Maria é racional” expressa uma verdade necessária *de re*. Sua necessidade independente do modo como me refiro à Maria por meio do nome “Maria” ou de qualquer descrição do tipo “a esposa de João”. O uso do nome próprio indica uma predicacão necessária *de re*, afinal, nomes próprios referem um objeto sem qualificá-lo predicativamente.

É natural que uma tese filosófica que envolve várias noções filosóficas complexas e controversas como necessidade, identidade, existência e referência permita diferentes interpretações. O objetivo do presente artigo não é argumentar contra o novo essencialismo, mas apenas qualificá-lo criticamente a fim de evitar concepções que considero ontologicamente ingênuas. Em particular, pretendo qualificar melhor a idéia de que uma atribuição necessária *de re* seja necessária em virtude de um objeto “por si só”. Para isso, apresento dois argumentos. O primeiro é um argumento de estilo Goodmaniano para exemplificar a possibilidade das variações classificatórias do mesmo objeto. O segundo é um argumento delineado para mostrar que o objeto, mesmo se referido por meio de um nome próprio, não é destituído de determinações qualitativas. Disso se seguirá que grande parte das predicacões essenciais *de re*, na verdade, são casos de essencialismo de propriedade.

1 O Argumento dos Humaninos

Em *Essencialismo Naturalizado* (2002), Desidério Murcho se esforça para ir além de uma superficial retomada do essencialismo e apresenta mais argumentos para sustentar uma posição que ele designa de “essencialismo naturalizado”. Um dos argumentos que Murcho (2002: 49) apresenta em favor do essencialismo é uma refutação de um argumento anti-essencialista por ele mesmo idealizado, “o argumento dos humaninos”. Este argumento é derivado do famoso enigma da indução de Goodman (1955), mas aplicado ao essencialismo. O argumento teria por objetivo mostrar que a distinção entre propriedades essenciais e acidentais não é absoluta, como pretende o essencialismo tradicional, mas relativa a um esquema conceitual. Por isso, Murcho se empenha em refutar o argumento dos humaninos reestabelecendo, assim, a legitimidade do essencialismo. No entanto, como pretendo mostrar, o argumento permite uma reformulação que é resistente à refutação.

O argumento original de Goodman (levemente adaptado) contra a indução é bastante simples. Segundo o procedimento usual da indução, constatamos que todos os diamantes descobertos até hoje são verdes e concluímos que os diamantes descobertos a partir do ano de 2100 também serão verdes. Essa projeção indutiva se baseia na aplicação do nosso predicado usual “verde”. Imagine-se, porém, que dispomos de uma língua alternativa que contém os predicados “verzul” e “azulerde”, definidos da seguinte maneira:

Verzul =df. descoberto antes de 2100 e verde ou descoberto a partir de 2100 e azul.

Azulerde =df. descoberto antes de 2100 e azul ou descoberto a partir de 2100 e verde.

Se fizermos uso desses predicados alternativos, nossa constatação será que os diamantes até hoje descobertos são verzuis. Logo, por indução, os diamantes descobertos a partir de 2100 deverão continuar a ser verzuis – o que significa, na nossa língua original, que eles serão azuis, e não verdes. Assim, o uso de diferentes predicados leva a resultados diferentes e incompatíveis. A indução parece sujeita à arbitrariedade das nossas opções lingüísticas.

A primeira objeção natural seria, claro, que os predicados “verzul” e “azulerde” são estranhos, anômalos, pois misturam diferentes qualidades e fazem referência a um momento particular. A resposta de Goodman é fácil: essa objeção é apenas fruto de provincianismo lingüístico. Um falante da língua do verzul considera os nossos predicados “verde” e “azul” anômalos, afinal,

do seu ponto de vista, esses predicados são definidos com recurso a diferentes qualidades e com referência a um momento temporal:

Verde =df. descoberto antes de 2100 e verzul ou descoberto a partir de 2100 e azulverde.

Azul =df. descoberto antes de 2100 e azulverde ou descoberto a partir de 2100 e verzul.

A publicação desse argumento gerou uma grande discussão que ainda não foi encerrada, mas que não nos interessa no momento. A estrutura do argumento é tudo o que precisamos para entender o argumento dos humaninos contra o essencialismo.

O argumento de Murcho (também levemente adaptado) é o seguinte. Suponha que em um estranho país (chamemo-lo “Portugazil”), as pessoas (seres como nós) não são classificadas como humanas, mas como humaninas. O predicado “humanino” é definido por Murcho (2002: 49) da seguinte forma:

Um particular é um ser humanino se, e só se, nascer antes de 2100 e for um ser humano, ou nascer depois do ano 2100 e for um canino.

Os filósofos essencialistas de Portugazil, de modo semelhante aos nossos, perguntariam retoricamente: não é intuitivamente óbvio que Sócrates é essencialmente um ser humanino, e não um cavalo? (Suponha que “cavalo” nesse país tenha o mesmo significado que esse termo tem na nossa língua.) Todos os habitantes de Portugazil concordam, e seus filósofos concluem triunfantes que Sócrates é essencialmente um ser humanino. Enquanto isso, os nossos filósofos, numa estratégia similar, concluem que Sócrates é essencialmente um ser humano. O problema é que a intuição dos filósofos portugazilenses é inconsistente com a nossa intuição. Pois se Sócrates fosse, de fato, essencialmente um ser humanino, como eles supõem, ele teria sido um cão se tivesse nascido depois de 2100. Mas nós não podemos aceitar isso, afinal, se Sócrates é essencialmente humano, ele não poderia deixar de ter sido um humano, mesmo se tivesse nascido depois de 2100.

A primeira reação do essencialista seria reclamar do predicado: “é um ser Humanino” não é uma propriedade natural, mas uma estranha combinação de dois tipos naturais. Além disso, contém uma referência temporal. O problema dessa reação, como no argumento original de Goodman, é que não há um ponto de vista absoluto para se decidir se um predicado contém

referência a vários tipos ou uma referência temporal ou não. Afinal, note que para um português, nosso predicado “é um ser humano” expressa uma combinação de tipos naturais e uma referência temporal:

Um particular é um ser humano se, e só se, nascer antes do ano 2100 e for um ser humano, ou nascer depois do ano 2100 e for um canimano (Murcho 2002: 50)

“Canimano” é, claro, um particular canino nascido antes de 2100 ou humano nascido depois desse ano. Qual predicado é estranho e qual contém referência temporal não é nada que se possa decidir absolutamente. Tudo depende da língua que escolhemos. O convencionalista pretende justamente mostrar como as nossas intuições filosóficas, em particular as intuições essencialistas, dependem da nossa língua particular e provinciana. Tanto a intuição essencialista dos habitantes de Portugal como as nossas são baseadas na firme convicção de que um particular pertence essencialmente a sua espécie natural. Mas diferentes línguas dão origem a diferentes conclusões essencialistas.

Mas Murcho resiste à conclusão convencionalista. Segundo ele, uma característica fundamental das convenções é que não podemos descobrir que elas estão erradas. A rigor, não há convenções erradas. Não é errado chamar uma mesa de “mesa” em português como não é errado chamá-la de “table” em inglês. Não é errado dirigir do lado direito, como fazemos, assim como não é errado dirigir do lado esquerdo como fazem os britânicos. Claro, podemos agir contra uma convenção (e podemos ser punidos por isso), ou uma convenção pode ser errada de um ponto de vista externo (“não funcional”, “injusta”, etc.). Seria p.ex. moralmente errada uma convenção que estabelecesse que podemos matar pessoas que espirram muito alto. Mas diferentes convenções, excluindo tais problemas, só são diferentes maneiras arbitrárias de padronizar o comportamento.

O argumento de Murcho contra esse convencionalismo relativista é que, segundo ele, a convenção lingüística de Portugal conduziria a uma consequência espantosa: no ano de 2100 descobrirão que as pessoas que nascem nesse momento não são seres humaninos, uma vez que não serão caninos. Como são humanos nascidos após 2100, serão canimanos. Assim, ele rapidamente conclui que o convencionalismo está errado, e que a realidade se impõe sobre a nossa classificação. Surpreende um pouco quão curta e simples é a resposta de Murcho ao argumento

que ele mesmo cria. Aliás, suponho que uma refutação deste tipo jamais convenceria um crítico Goodmaniano da indução. Supor que as pessoas que nascerão em 2100 não serão humaninos é justamente supor que a indução padrão está correta – o que é justamente o que está em jogo. *Petitio principii!*

Argumento dos Humaninos Modais

A reformulação que proponho para o argumento dos humaninos se baseia no simples fato de que intuições essencialistas não estão diretamente ligadas a projeções temporais, como em geral estão as induções empíricas. Para decidirmos se uma determinada propriedade é essencial ou não, não projetamos o que o particular em questão será ou não será no futuro, nem projetamos como serão futuros particulares de uma espécie. O essencialismo é fundamentalmente uma tese sobre projeções *modais*. Projetamos como seriam particulares em uma situação contra-factual, isto é, num outro mundo possível. E tradicionalmente definimos um particular como essencialmente *F* se e somente se ele for *F* em todos os mundos possíveis nos quais ele existe. Se Sócrates for um humano em todos os mundos possíveis nos quais ele existe, ele será considerado essencialmente humano. Claro, a rigor, esse modo de falar é bastante enganoso (pelo menos para um atualista). Como Kripke (1972) disse, mundos possíveis não são planetas distantes que observamos por meio de telescópios. Eles são estipulados. Portanto, nós não percorremos diferentes mundos possíveis, reencontramos Sócrates em alguns deles, e depois concluímos que Sócrates é essencialmente humano porque sempre que o reencontramos na forma humana. Na verdade, temos intuições sobre a natureza de Sócrates, sobre sua essência, e a partir disso concluímos que em todos os mundos possíveis ele será humano. Justamente por isso, Kit Fine (1994) e alguns outros autores sugerem que a redução do discurso essencialista ao discurso modal é enganosa. Essa contra-proposta defende que, na verdade, temos conhecimento da natureza de um particular, e, a partir disso, concluímos que em todos os mundos possíveis ele será dessa forma. Seja como for que decidimos, é a variação modal que está em jogo, não a temporal.

Por isso, uma formulação mais robusta do Argumento dos Humaninos seria a seguinte. Ao invés da definição do predicado “é um humanino” em termos temporais (“particulares nascidos humanos até 2100 e nascidos caninos a partir daí”), sugiro a definição modal:

Um particular é um ser humanino se, e só se, ele for um humano nos mundos possíveis do tipo i e um canino nos mundos possíveis do tipo p.

A definição acima divide os mundos possíveis em i e p. Para entender isso, suponha que, de alguma forma, se tenha uma espécie de enumeração de mundos possíveis.¹ Para nosso argumento, basta pensar nos mundos pares p, e nos mundos ímpares i. Suponha que o mundo atual é, nessa enumeração, w1.

Nessa nova versão do argumento, os habitantes de Portugazil, que falam a língua com o predicado “é um ser humanino”, constatam: no nosso mundo Sócrates é um ser humanino (afinal, ele é humano num mundo possível ímpar). Nós, que vivemos no mesmo mundo possível, mas falamos nossa língua com o predicado “ser humano” constatamos, de modo similar: Sócrates é um ser humano. Os portugazilenses, ao consultarem suas intuições modais (ou percorrerem mentalmente os mundos possíveis), encontrarão Sócrates nos mundos i como humano e nos mundos p como canino (aqui “humano” e “canino” na nossa língua). Assim, eles concluirão justificadamente que Sócrates é essencialmente um ser humanino. Ele é um humano nos mundos ímpares e um canino nos mundos pares. Nós, ao consultarmos nossas intuições modais (ou ao percorrermos mentalmente os mundos possíveis), encontraremos Sócrates nos mundos i como humano (na nossa língua) e nos mundos p sentiremos sua falta, ligeiramente consolada pela divertida presença de um simpático cão grego que acompanhava Platão. Assim, concluiremos que em todos os mundos possíveis nos quais Sócrates existe, ele é um humano. Logo, ele é essencialmente um ser humano. Nossas conclusões são divergentes e incompatíveis.

Note que, como no argumento original de Goodman, não existe um ponto de vista “externo” para decidir qual das duas línguas é “estranha”. Do nosso ponto de vista, o predicado “é um ser humanino” parece estranho porque divide os mundos possíveis em dois tipos e faz referência a duas categorias naturais, novamente:

1 Note que não precisamos supor que existem apenas infinitos enumeráveis mundos possíveis. Podemos atribuir a cada mundo possível um número do domínio não enumerável dos reais. Assim mundos com numerais pares anteriores à vírgula (p.ex. 2,141592...) e nos quais ele existe são mundos possíveis do tipo p, mundos com numerais ímpares anteriores à vírgula (p.ex. 3,141592...) e nos quais ele existe são mundos possíveis do tipo i. Em vários mundos, ele simplesmente não existe – esses podem ter numeração negativa (p.ex. -2,141592...). De qualquer forma, essa complicação da cardinalidade é irrelevante.

Um particular é um ser humanino se, e só se, ele for um humano nos mundos possíveis do tipo i e um canino nos mundos possíveis do tipo p.

Mas, para um falante de portugazilense estranho é o nosso predicado “é um ser humano”, o qual, do seu ponto de vista, divide os mundos possíveis em dois tipos e faz referência a duas categorias naturais:

Um particular é um ser humano se, e só se, ele for um humanino nos mundos possíveis do tipo i e um canimano nos mundos possíveis do tipo p.

Um “canimano”, claro, é definido como um particular canino nos mundos ímpares e humano nos mundos pares. Esse falante estranhará o fato de não reconhecermos que Sócrates existe nos mundos pares (ele mesmo vê Sócrates ali, no mundo w_2 , como sempre, como um humanino), assim como nós estranharemos o fato dos portugazilenses identificarem Sócrates com um cão nesses mundos.

Existe uma complicação adicional com os humaninos modais. Talvez concluamos que em w_2 Sócrates não existe (afinal, um cão que ensina Platão, é um cão, e não pode ser Sócrates). Talvez concluamos que em w_2 um bípede (Sócrates com 1Kg a mais, p.ex. e que os portugazilenses consideram um canimano) seja Sócrates. Mas os portugazilenses considerariam qualquer uma dessas alternativas absurda. Como se pode concluir que Sócrates em w_2 , só porque ali ele é um quadrúpede, não existe? Ou como dizer que aquele canimano (canino nos mundos ímpares e humano nos mundos pares) pode ser Sócrates, que é essencialmente um humanino? Como resolver esse impasse? De um ponto de vista absoluto, de fato, não é possível.

Não existe um *petitio principii* nesse argumento? Afinal, estamos defendendo que Sócrates poderia ser considerado um humanino nessa estranha língua ao estipular que ele seria nos mundos pares um canino. O estranho predicado “humanino” é responsável por essa bizarrice. Mas tudo isso é um absurdo, já que Sócrates é um humano – dirá o essencialista tradicional. Partimos de um predicado modalmente inaceitável e, assim, de um pressuposto falso, e *ex falso sequitur quodlibet*. De fato, se dissermos que Sócrates é essencialmente um humanino porque estipulamos que ele pode (na verdade: deve) ressurgir nos mundos pares como canino, então extraímos nossa convicção humanino-essencialista de uma estipulação arbitrária.

Mas, na verdade, é nessa reação do essencialista tradicional que está um *petitio principii* – é ele que pressupõe o que quer provar. Afinal, note, ele faz exatamente o mesmo quando diz que Sócrates é essencialmente humano. Ele estipula que Sócrates é essencialmente humano ao reconhecê-lo apenas em mundos onde ele aparece como humano e declara que, em qualquer mundo onde ele é um canino, na verdade, é um mundo no qual ele não existe. Para um português nós estamos pressupondo um absurdo, já que Sócrates é essencialmente um humanino. O fato de não reconhecermos Sócrates na figura daquele simpático peludinho no mundo w_2 parece ao português tão estranho quanto nos pareceria não reconhecer Sócrates num mundo possível só porque ali ele pesa 1 Kg a mais que no nosso mundo. Portanto, o essencialista tradicional até tem razão num ponto: a estipulação do português é arbitrária, perspectival. Mas a sua própria estipulação também o é – este é o ponto.

Note que, para nós, “é um ser humano” e “é um ser canino” são predicados que expressam tipos naturais. Para o português não. Para ele, “é um ser humanino” e “é um ser canimano” são predicados que expressam os verdadeiros tipos naturais. Note também que a refutação de Murcho é inócua aqui. Não haverá um momento no qual as pessoas que nascem não serão humaninos. Em cada mundo possível, a prole de um tipo natural sempre pertencerá ao mesmo tipo natural de seus progenitores (deixando de lado, claro, complicações soríticas da teoria da evolução, as quais, claro, também afetam o essencialismo tradicional). Do ponto de vista do português, em todos os mundos possíveis, pares ou ímpares, humaninos gerarão humaninos, e canimanos gerarão canimanos.

Note também que o argumento dos Humaninos Modais é robusto com respeito à distinção entre atualismo e realismo modal. Há portugueses atualistas, que dirão que mundos possíveis são estipulações, e não estranhos planetas observados por telescópios. Apenas estipulamos mundos nos quais Sócrates é bípede e mundos nos quais ele é quadrúpede (assim como nós, não portugueses, estipulamos mundos onde ele é careca e outros onde ele é cabeludo). Mas há também portugueses realistas modais, que dirão que Sócrates, a rigor, não habita qualquer outro mundo possível, somente o nosso. Eles explicarão nossas sentenças contra-factuais em termos de contrapartes: Sócrates tem contrapartes bípedes e contrapartes quadrúpedes (assim como nós, não portugueses, achamos que ele tem contra-partes carecas e cabeludas). O argumento permanece inalterado.

2 O argumento da variação sortal

Essencialismo, predicacões *de re* e identidade são conceitos diretamente conectados. Segundo a ortodoxia essencialista, *F* é uma propriedade essencial de *a* se e somente se a sentença “*a* é *F*” é uma verdade necessária *de re*, i.e ela é necessariamente verdadeira não em virtude do modo como o seu termo sujeito refere a *a*, mas em virtude da própria natureza de *a*. Uma sentença expressa uma verdade necessária meramente *de dicto*, por sua vez, se sua necessidade é derivada do modo como seu termo sujeito refere ao objeto. Assim, como vimos, a sentença “a esposa de João é casada” expressa uma verdade necessária, mas apenas *de dicto*. A necessidade desta sentença advém do fato de que nos referimos a alguém como sendo a esposa de João, de onde, necessariamente, se segue que essa pessoa é casada. A necessidade da sentença se esvai quando substituímos a descrição definida pelo nome co-referencial “Maria”. Já a sentença “Maria é racional” expressa uma verdade cuja necessidade independente de qualquer descrição de Maria, afinal, nomes próprios não são descritivos. A necessidade da sentença não sucumbe com a substituição do termo sujeito por nenhuma expressão co-referencial.

A principal diferença consiste, portanto, no fato de que o predicado atribuído ao sujeito, nas verdades necessárias *de dicto*, tem sua atribuição justificada como necessária graças a sua conexão (em geral “analítica”) com outro predicado usado na descrição definida usada para identificar o objeto. Assim, a natureza do objeto deixa de ser relevante para o valor de verdade da sentença. No caso das verdades necessárias *de re*, por sua vez, o objeto e sua própria natureza são o fundamento da necessidade da predicacão.

A distinção entre as necessidades *de dicto* e *de re* se funda, portanto, na distinção entre necessidade lingüística e necessidade genuinamente ontológica. Mas uma caracterização similar à da necessidade *de dicto* poderia ser formulada dentro do âmbito ontológico, deixando a noção de analiticidade completamente de fora. Qualquer entidade *x* que exemplificar a propriedade de *ser esposa de João* necessariamente exemplificará também a propriedade *ser casada*. Essa versão ontológica da necessidade *de dicto* é, a rigor, fundamentada numa relação entre propriedades. A necessidade *de re*, por sua vez, seria uma necessidade derivada da natureza *do próprio objeto* e sua relação com a propriedade. Mas é justamente essa leitura ontológica da necessidade *de re* sugerida pela ortodoxia que eu gostaria de questionar aqui. Mais exatamente, o que pretendo questionar é a tese de que um objeto tem uma certa propriedade essencialmente *em virtude de*

si mesmo, e não em virtude de alguma outra propriedade que ele instancia. A minha proposta nesta parte final do artigo não é negar a existência de verdades necessárias genuinamente ontológicas. Pretendo antes rejeitar a leitura ingênua de que isso significa que um objeto, ele mesmo, por si só e independente de qualquer qualificação, tenha essencialmente uma propriedade.

Vale começar lembrando que a noção de “o próprio objeto”, entendido como o objeto “ele mesmo”, independente de qualquer qualificação, é vista com suspeita na investigação ontológica a respeito de objetos e propriedades. Um objeto sem qualificações é um substrato completamente indeterminado, um “*bare* particular”. Poucos metafísicos consideram essa noção sequer inteligível. Surpreende, portanto, que tal noção reapareça despudoradamente no contexto das discussões do essencialismo.

Tome-se o exemplo usado *ad nauseum* nas discussões sobre identidade de objetos físicos da estátua e do pedaço de bronze do qual ela é feita. O exemplo foi construído para se mostrar dificuldades com uma certa concepção de identidade. Embora pareça plausível se argumentar que a estátua e o pedaço de bronze sejam a mesma entidade, eles possuem condições de identidade diferentes. Se deformada significativamente, a estátua deixa de existir, o pedaço de bronze não. A conclusão sugerida é que, embora os dois objetos coincidam espacial e mereologicamente durante um intervalo de tempo, eles são objetos diferentes.

Batizemos esse estranho duplo objeto com o nome “Golip”. Poderíamos dizer algo como “Golip está sobre a mesa”. Temos nessa sentença, claramente, uma predicação contingente. Golip poderia não estar sobre a mesa. Mas veja agora a sentença “Golip tem a forma F” (onde “F” é uma descrição acurada da forma da estátua). Esta sentença expressa uma verdade necessária ou contingente sobre Golip? Como “Golip” é um nome próprio e não uma descrição definida, a sentença cumpre o requisito básico para expressar uma verdade necessária *de re*. Ou seja, ela parece uma razoável candidata a uma sentença que expressa uma verdade essencial sobre Golip. Mas, novamente, poderia Golip ter outra forma?

A resposta óbvia é: depende. É claro que o pedaço de bronze, enquanto pedaço de bronze, não tem qualquer forma como propriedade essencial. O pedaço de bronze continua sendo ele mesmo, o mesmo pedaço de bronze, mesmo se deformado. A estátua, por sua vez, tem exigências adicionais para sua identidade. Se deformarmos a estátua de modo significativo, ela simplesmente deixa de existir. Portanto, se Golip poderia ter uma forma diferente de

F depende disso: o que se batizou quando se introduziu o nome “Golip”, o pedaço de bronze ou a estátua?

Note que não é a distinção *de dicto* versus *de re* que está em jogo. “Golip” é um nome próprio, e assim, o enunciado é claramente *de re*. É da própria coisa (seja ela um pedaço de cera ou uma estátua) que estamos falando, e é a ela que atribuímos (*de re*) a propriedade de ter a forma F. A dúvida é, antes: de qual coisa, de qual *re*, estamos falando?

No meu exemplo, o nome foi introduzido intencionalmente com essa ambigüidade. No caso de batismos usuais, porém, essa ambigüidade não ocorre porque temos certas práticas sociais de batismo que, implicitamente, determinam o tipo (o “sortal”) que individua o objeto nomeado. Quando o bebê Sócrates foi batizado, claro, não era um pedaço de matéria orgânica que estava sendo batizado. Era um ser humano, com condições tipicamente humanas de identidade, que estava sendo batizado. Por isso, todas as questões que temos sobre as condições de individuação de seres humanos (p.ex. se um indivíduo teletransportado ainda é o mesmo indivíduo ou não) continuam a persistir para esse indivíduo (se Sócrates teletransportado ainda seria Sócrates ou não). Todas as convicções que associamos a individuação de seres humanos serão, igualmente, associadas a Sócrates.

Como vimos, propriedades essenciais são aquelas que um indivíduo não poderia não ter sob pena de deixar de ser o que ele é. Se considerarmos que a estátua deixar de ser o que ela é porque perdeu a propriedade essencial da forma, ou se ela perdeu a propriedade essencial da forma porque deixou de ser o que ela era – isso não é o que está em jogo agora. Fato é que, sem sabermos o que “Golip” de fato nomeia, não poderemos decidir se a forma é uma propriedade essencial ou não.

Alguns devem achar mais razoável supor que estátuas, e não pedaços de bronze, são batizadas. De fato, em nossas práticas sociais é mais usual batizarmos estátuas do que pedaços de bronze. Mas nada nos impede de batizar pedaços de bronze. Não nos esqueçamos que procuramos propriedades essenciais para além das nossas práticas lingüísticas provincianas – essa é, pelo menos, a pretensão do essencialismo ortodoxo.

A conclusão que se impõe é: as propriedades essenciais de um objeto dependem de uma determinação sortal, e assim predicativa, prévia do objeto. Um objeto como mero substrato inde-

terminado é ontologicamente ininteligível. Um objeto é sempre individuado como um objeto do tipo sortal S - e é deste tipo sortal que se derivam as outras determinações consideradas essenciais, justamente porque este tipo sortal fixa as condições de identidade e preservação do objeto. Ora, um tipo sortal (“ser um humano”, “ser uma estátua”) é uma propriedade. Logo, as propriedades essenciais de um objeto são derivadas do fato de o objeto instanciar outras propriedades.

Note que com isso não pretendo suspender a distinção *de dicto* e *de re*. “Golip” é um nome próprio, e não uma descrição disfarçada que contém os predicados “é uma estátua” ou “é um pedaço de bronze” como constituintes. “Golip” é, de fato, o nome de um objeto. Mas um objeto só é individuado e só tem o estatuto de um objeto se exemplificar uma primeira determinação sortal, i.e. uma propriedade. Sócrates só é essencialmente racional na medida em que é, antes de tudo, um ser humano. No caso das espécies orgânicas, um exemplo similar ao de Golip exigiria um esforço maior de fantasia. Temos convicções muito fortes a respeito da barreira de espécies biológicas: um ser vivo não muda de espécie ao longo da sua vida. Mas imagine (o que talvez seja metafisicamente impossível, mas é certamente epistemicamente possível) um humano que tem sua matéria orgânica gradualmente rearranjada para se tornar um canino, p.ex. um lobo. Teríamos então uma situação análoga à da estátua. Quando Jacob se transforma num lobo, certamente deixou de ser humano. Mas ele deixou de ser Jacob? Uma decisão depende apenas de qual objeto sortal “Jacob” nomeava: (1) o ser humano, (2) o animal, ou (3) o pedaço de matéria orgânica. No caso (1), Jacob deixou de ser Jacob, já que deixou de ser um ser humano. No caso (2), Jacob não deixou de ser Jacob, já que não deixou de ser esse animal homo-lupus. Ele só deixaria de existir se ele morresse (se tornasse um cadáver, matéria orgânica em putrefação). Finalmente, no caso (3), Jacob não deixou de ser Jacob (não deixou de ser essa massa de matéria orgânica) e, diferente de (2), nem deixaria de ser Jacob quando fosse uma mera massa de matéria orgânica em putrefação.

Conclusão

Qual lição nós devemos extrair dos dois argumentos? Relembrando os resultados: o primeiro argumento nos ensinou que as propriedades essenciais atribuídas a um objeto dependem do tipo natural ao qual pertence o objeto. O segundo argumento nos ensinou que no ato de batismo estipulamos o nome de um objeto associando implicitamente a ele um sortal que

determina suas condições de identidade e preservação. Podemos batizar de “Golip” o pedaço de bronze ou a estátua. Em cada caso, teremos diferentes condições de identidade e, portanto, diferentes propriedades essenciais associadas aos (diferentes!) objetos. Combinando os resultados: “Sócrates” pode ser usado para nomear o objeto humano ou o objeto humanino que ensinava Platão, e as atribuições essenciais “*de re*” (com uso do nome próprio “Sócrates”) são, em última instância, relativas ao tipo escolhido. Sócrates é essencialmente racional enquanto humano, não enquanto humanino.

Isso significa que objetos não têm propriedades essenciais independentemente do modo como são designados? E, no mais, como escolhemos o modo de designação, variamos arbitrariamente a distinção entre propriedades essenciais e acidentais? Não, isso seria simples anti-essencialismo. Mas, esse é meu ponto, não são relações de analiticidade entre os predicados “humanos”, “humaninos”, “estátua” ou “pedaço de bronze” que fundamentam as decisões sobre essencialidade ou não. O essencialismo de propriedades que proponho é um essencialismo genuinamente ontológico. Objetos têm sim, objetivamente, propriedades essenciais e propriedades acidentais. Uma estátua instancia necessária e objetivamente sua forma necessariamente, um pedaço de bronze não. Objetivamente significa, aqui, independente do modo como os descrevemos e designamos. Golip, afinal, seja a estátua ou o pedaço de bronze, é objetivamente uma estátua ou um pedaço de bronze. Nada nos impede de batizar um ou outro. E ele terá, objetivamente, todas as propriedades essenciais derivadas do fato de ser um ou outro. E mais: não é porque a estátua de bronze que é batizada (e não o pedaço de bronze) que a estátua tem essencialmente a forma F. A estátua tem, objetivamente, a forma F – mesmo que ela nunca seja batizada.

Igualmente, objetos que instanciam humanidade necessária e objetivamente instanciam racionalidade. Sócrates, afinal, seja o humano ou o humanino, é objetivamente um humano ou um humanino. E humanos são essencialmente racionais, humaninos não. E mesmo que batizássemos o Sócrates humanino de “Sócrates”, o Sócrates humano seria essencialmente racional (embora, nessa situação, a sentença “Sócrates é essencialmente racional” fosse falsa).

Mas o essencialismo proposto é um essencialismo de propriedades porque, diferente do que é sugerido no essencialismo ortodoxo (ou pelo menos numa interpretação ingênua dele), não é uma pura *res*, um substrato puro “por si só”, que tem propriedades essencialmente. Golip tem essencialmente a forma *F em virtude de* Golip ser uma estátua. Essencialismo não deve ser

entendido em termos de relações entre um objeto e uma propriedade, mas entre propriedades. A expressão “essencialismo *de re*” é enganosa porque sugere que é uma *res*, uma coisa, que carrega a “responsabilidade ontológica” da essencialidade. Golip tem essencialmente a forma *F* somente na medida em que Golip instancia a propriedade sortal de ser uma estátua. Um particular *a* é essencialmente um *F* somente na medida em que é um *G*. Essencialismo moderado não é um essencialismo *de re*, mas, a rigor, um essencialismo *de proprietatibus rerum*.

Dissemos no início do artigo que “grande parte” das predicções essenciais *de re* são, na verdade, casos de essencialismo de propriedade. Isso deve valer para todos os exemplos discutidos e similares. Uma exceção (na verdade, a única que consigo vislumbrar) diz respeito a propriedades essenciais de origem. O essencialismo de origem é uma exceção porque nele a legitimidade da atribuição necessária *de re* não é fundamentada no que Aristóteles chamaria de forma do objeto, mas na sua matéria. O essencialismo da constituição material é uma questão controversa e que, portanto, merece um tratamento especial.

Referências

FINE, K. (1994) “Essence and Modality: The Second Philosophical Perspectives Lecture”, *Philosophical Perspectives*, 8: 1-16.

GOODMAN, N. (1955) *Fact, Fiction, & Forecast*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

KRIPKE, S. (1972) *Naming and “Necessity”*, Cambridge, Mass.: Harvard, 1980.

MURCHO, D. (2002) *Essencialismo Naturalizado*. Coimbra: Angelus Novus.

PLANTINGA, A. (1969) “De Re et De Dicto»: *Nous* 3, pp. 235-258.

QUINE, W.V. O. (1960) *Word and Object*. Cambridge, MIT Press.

VAN INWAGEN, P. “The Number of Things”, *Philosophical Issues*, 12, pp. 176-196.

ABSTRACT

In this paper I present two arguments against traditional essentialism. The first one is an argument based on conceptual relativism of Goodman's style. The second one is an argument against what seems to be an orthodox interpretation of contemporary essentialism. I do not reject the general thesis that objects have non-trivial essential properties. My claim is that objects have some non-trivial properties essentially only in virtue of the fact that they exemplify some sortal properties. The result of both arguments should lead to what I hope to be a more critical form of essentialism.

Keywords: *essentialism, essential properties, sortal properties.*

RESUMO

Neste artigo apresento dois argumentos contra o essencialismo tradicional. O primeiro argumento é baseado no relativismo conceitual de estilo Goodmaniano. O segundo é um argumento contra o que parece ser uma interpretação ortodoxa do essencialismo contemporâneo. Eu não rejeito a tese geral de que objetos têm propriedades essenciais não triviais. Minha tese é que objetos tem algumas propriedades não triviais de modo essencial somente em virtude do fato de exemplificarem algumas propriedades sortais. O resultado de ambos argumentos deveria levar ao que eu espero ser uma forma crítica de essencialismo.

Palavras- Chave: *essencialismo, propriedades essenciais, propriedades sortais.*